

A EMERGÊNCIA DA NOVA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVAⁱ

Marcelo Dornelis Carvalhoⁱⁱ

Durante a década de 1980 no Brasil, as lutas sociais avançaram nas conquistas e na organização dos trabalhadores, não só em relação ao próprio movimento sindical, como às lutas reivindicativas de forma geral, recém saídos da ditadura militar, sendo estes *novos personagens* da cena social em grande parte responsáveis pela derrocada da ditadura militar e por diversas conquistas sociais durante a formulação da Constituição, no período compreendido entre 1987 e 1988. Já nos países desenvolvidos, particularmente na Europa Ocidental, o modelo taylorista-fordista de organização do trabalho já não correspondia às expectativas capitalistas. Dessa forma, a ofensiva capitalista procura atingir o *welfare state*, alcançando também o modelo social-democrata de organização sindicalⁱⁱⁱ.

O fordismo não é apenas a organização do processo de trabalho sob a gerência taylorizada, mas, sobretudo, a busca de uma aliança com o mundo do trabalho, almejando uma forma de regulação social em que se promova a ampliação da demanda. Consolidados no *welfare state* e tendo o keynesianismo como doutrina econômica, foi bem sucedido durante as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, mantendo uma certa regularidade no crescimento e desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que ampliava o poder de consumo dos trabalhadores. Obviamente que a consolidação do *welfare state* deve-se em grande parte ao alinhamento do movimento sindical europeu, principalmente, às propostas de divisão da renda do trabalho, comprometendo-se a não postular nada além de maior poder de consumo, com uma certa segurança no emprego. Assim, a hegemonia social-democrata impôs, tanto às teses liberais, quanto aos setores mais radicalmente à esquerda, o modelo do *welfare state* como forma de manutenção da rentabilidade e estabilidade para o capital, sob a regência de um controle social efetivo, que durante décadas manteve parte significativa do movimento sindical longe de ações anticapitalistas.

No entanto, a partir já da década de 1970, o paradigma fordista não era capaz de atender plenamente às necessidades de acumulação capitalista, e a concorrência internacional amplificada com a maturação de parques industriais em países recentemente industrializados, e principalmente com a concorrência da produção japonesa, que por motivos singulares, desenvolveu-se sob paradigma de organização produtiva diferente do padrão taylorizado, tiveram um papel destacado no esgotamento do modelo fordista de organização fabril. O novo padrão produtivo que surge, inspirado na experiência japonesa, apresenta algumas características estruturais que confrontam diretamente o padrão fordista de produção, sendo a flexibilidade o principal fundamento do padrão toyotista.

Os novos processos de trabalho que surgem a partir da crise do paradigma de acumulação fordista estão baseados na flexibilização da produção, para atender às restrições de um mercado consumidor seletivo e restrito, mesmo que ampliado à escala mundial, resultando daí uma necessária reorganização do trabalho na produção, intensificando a especialização flexível, em que a especialização requerida, para atender aos padrões de qualidade e produtividade desejados, soma-se à necessária capacidade de adaptação às variações do consumo.

Em termos do processo de trabalho, o toyotismo apregoa a necessidade dos trabalhadores serem adaptáveis a um conjunto de situações na produção através da polivalência do trabalhador, fazendo com que a qualificação profissional seja encarada como estratégica para as empresas, no sentido de fornecer continuamente habilidades diversas para os trabalhadores ampliarem o *estoque de conhecimentos para o trabalho*, com o que, poderão responder rapidamente às mudanças no processo de trabalho, reformulando o caráter da qualificação profissional, que passa de um arcabouço conquistado em períodos de aprendizagem para um comportamento de aprendizagem, necessário para que o trabalhador, durante toda sua vida profissional, esteja disposto a aprender novas habilidades técnicas.

O toyotismo, assim como o taylorismo-fordismo, implica numa forma de organização da produção que se projeta para o próprio padrão de acumulação capitalista. Assim, a flexibilidade requerida na produção é voltada ao atendimento de demandas restritas e variadas do mercado consumidor, ou seja, ampliando a capacidade das empresas em ofertar produtos diferenciados, ao mesmo tempo se adaptando rapidamente às variações na demanda. Isso significa que diminui relativamente a importância da ampliação da demanda através da seguridade social.

A diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção atribuída ao toyotismo, só é possível porque se realiza no processo de criação e valorização do capital. Isso quer dizer que a horizontalização do processo de trabalho, reduzindo a hierarquização típica do fordismo, não significa a perda do controle do processo produtivo por parte do capital, pois a eliminação de postos de fiscalização e controle do processo de trabalho só é possível pela ampliação do engajamento dos trabalhadores ao projeto político do capital, através da coadunação entre os interesses das empresas com os interesses dos trabalhadores.

A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, que acompanha o processo de trabalho sob o capital, é ampliada no toyotismo, pois significa a intensificação da sujeição do trabalhador aos desígnios do capital, mudando a qualidade desta sujeição em relação ao paradigma fordista, já que apoiada no consentimento obreiro, fundamentado na conciliação de interesses entre trabalho e capital.

Esse é um estranhamento que acompanha o modo de produção capitalista, pois para o trabalhador o próprio trabalho aparece como tributário ao capital, como sendo a produção do capital, então quando se intensificam as inovações tecnológicas no processo produtivo, a tendência com o estranhamento, é identificar tais inovações como determinantes exclusivas da valorização do capital.

Isso, porque a separação entre trabalho e valorização leva à compreensão do atual período como o período de intensa criatividade do capital, e não como o período de crise mais profunda vivenciada, já que a acumulação capitalista, baseada na intensa inovação tecnológica, tem levado o próprio capital à desvalorização^{iv}.

O que nos interessa neste momento é compreender que o modelo de acumulação do capital flexível, inspirado na experiência japonesa do pós-guerra tem como prerrogativa a participação dos trabalhadores na gestão empresarial, pois a base da acumulação no Japão foi decorrente de um determinado equacionamento da luta de classes, que resultou na derrota do movimento operário, favorecendo setores “participacionistas” de seu sindicalismo. Essa é uma questão central para compreendermos a emergência do

“modelo japonês” de acumulação, e as razões de seu crescimento acompanharem a adoção do neoliberalismo como escopo ideológico nos países ocidentais (desenvolvidos e periféricos).

A exigência de compreensão mais ampla do processo de trabalho no toyotismo modifica substancialmente as habilitações que se exigem do trabalhador, pois além da maior diversidade de funções que o trabalhador executa, passa a ser importante para o capitalista que o trabalhador seja capaz de adaptar-se rapidamente às mudanças na organização do trabalho. O resultado para o capitalista é a diminuição das porosidades do tempo de trabalho, já que o trabalhador pode realizar várias funções, de acordo com as variações de demanda pelo seu trabalho, sendo que para o trabalhador isso significa a intensificação do trabalho.

A qualificação profissional é posta então como re-qualificação das funções exercidas pelos trabalhadores individuais, atendendo às exigências da reestruturação produtiva capitalista, embora seja necessária alguma cautela nesta assertiva, pois nem sempre o que é apresentado como necessidade de requalificação é efetivamente uma necessidade técnica, ou seja, decorrente de novos maquinários e equipamentos. Pode estar ligada à reorganização do processo de trabalho, fazendo com que o trabalhador acumule habilidades para ser polivalente, substituindo outros trabalhadores. Trata-se de buscar a adesão dos trabalhadores ao padrão organizacional do toyotismo, como os Círculos de Controle de Qualidade, e inculcar neles a necessidade de participação no controle do processo de produção, visando à maior produtividade e qualidade, como formas efetivas de gestão e controle do trabalho.

A importância que assume a qualificação profissional no bojo da atual reestruturação produtiva deve ser enquadrada no contexto da própria reestruturação capitalista, em que a volta dos princípios liberais na condução das políticas econômicas nacionais e transnacionais transforma vários parâmetros da sociabilidade contemporânea, inclusive a própria sociabilidade em que os sindicatos construíram sua legitimidade nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos, ou após a ditadura militar no Brasil.

Então, o discurso da re-qualificação técnica do trabalhador está inserido no contexto das transformações da própria formação profissional, que entre outros elementos requer a aceitação do trabalhador quanto à inevitabilidade da flexibilidade do mercado de trabalho, às clivagens crescentes entre os trabalhadores e sua participação/colaboração ao sistema sócio-metabólico do capital, abdicando de quaisquer reivindicações de cariz coletivo.

Obviamente que embora inserido no contexto da ofensiva do capital sobre o trabalho, a qualificação/formação profissional desejada pelo capital encontra em maior ou menor grau, resistência dos trabalhadores e de suas organizações, devido às próprias contradições que ela envolve ao reduzir substancialmente o quadro de empregados e intensificar o trabalho, potencializando ações dos trabalhadores e suas organizações coletivas quanto a busca de estratégias de enfrentamento contra o aumento da exploração do trabalho.

É justamente a possibilidade de respostas e resistências dos trabalhadores à estratégia do capital de utilização da criatividade do trabalhador que nos permite vislumbrar a dimensão territorializante das resistências do trabalho, e nesse aspecto a participação dos sindicatos na qualificação profissional se revela com particular importância, já que é através da formação profissional que o capital procura consolidar a reprodução da força de trabalho sob seus desígnios. Se os sindicatos cumprem o papel de controle do trabalho e colaborador do capital, pois não vislumbra outra sociabilidade que não seja a sociabilidade do capital, a qualificação profissional assume para esses sindicatos o mesmo teor que a qualificação profissional tem para o capital, ou seja, o de adestramento da força de trabalho, tanto a empregada, quanto a desempregada pelo processo produtivo, dessa forma, a qualificação profissional tem o papel exclusivo de garantir o emprego para os trabalhadores.

Esses são elementos mais consolidados em alguns setores e regiões, que evocam uma participação ativa dos trabalhadores na condução de partes significativas do processo produtivo, ao mesmo tempo permitindo maior produtividade e qualidade e, de certa forma, reduzindo a monotonia do trabalho da linha de produção taylorizada.

Com as mudanças no processo de trabalho taylorista-fordista, estaríamos assistindo à eliminação da brutalização do homem pela máquina, deixando de ser mero apêndice para executar tarefas criativas e enriquecedoras da experiência humana. Essa participação não é decorrente apenas da incorporação de novas máquinas adequadas à polivalência exigida, mas a mudanças organizacionais que são capazes de incorporar o saber fazer proletário na busca de soluções e alternativas para a produção e reprodução do capital.

Nos documentos elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sobre o PLANFOR transparece claramente essa visão da reestruturação produtiva em que o conteúdo do trabalho aparece de forma motivadora e humanizadora para o trabalhador, como na passagem abaixo:

A produção flexível, associada ou não à automação, gera a necessidade de organizar e estimular a polivalência, inclusive em matéria de formação. A idéia básica é que o trabalho muda, de indivíduos executantes de tarefas/operações estanques, para trabalhadores capazes de operar em equipes, cujos membros tenham ao menos uma familiaridade básica com todas as etapas do processo e sejam capazes até de atuar em várias delas. Trata-se de uma polivalência não meramente operacional, mas que supõe uma visão do processo como um todo^v.

Para isso é fundamental que as empresas sejam capazes de eliminar a disposição conflituosa dos trabalhadores e de alguns sindicatos, e tenham a confiança destes trabalhadores para uma relação de colaboração entre capital e trabalho. Esta é uma disposição antiga dos capitalistas, mas que vem sendo renovada no contexto da reestruturação capitalista como estratégia de ampliação da produtividade do trabalho.

Quanto ao sucesso desta empreitada devemos ser prudentes, pois além da variedade enorme de situações locais no planeta, em que o toyotismo enfrenta dificuldades para ser adaptado aos meios locais de acumulação do capital, as transformações no processo produtivo engendram contradições que intensificam o poder destrutivo do capital, como desdobramento do quadro de exclusão do mercado de trabalho que promove.

Como exemplo do esforço do capital em prover os meios locais de condições adequadas à sua produção e reprodução, podemos citar a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP), realizada pela Fundação SEADE, que procurou diagnosticar no estado de São Paulo, entre outras coisas, os requisitos de contratação das empresas em vários setores de atividade econômica, com o objetivo de adequar os cursos profissionalizantes^{vi} a essas demandas.

De qualquer forma, é apresentada a necessidade de qualificação do trabalhador para exercer estas novas demandas, sejam elas decorrentes da incorporação de máquinas/equipamentos novos, sejam derivados da perspectiva de captura da subjetividade operária.

Porém, essa situação não pode ser vista como unívoca, já que a flexibilidade que atinge amplos setores do mercado de trabalho, que acompanha a implantação da reestruturação produtiva, com máquinas e equipamentos da tecnologia informacional sendo inseridas em setores em que ainda era possível observar a existência de trabalho artesanal, fez com que se tornassem mais tênues as vinculações do trabalhador com sua profissão e com a própria empresa^{vii}.

Anteriormente impossibilitada de substituir o trabalho artesanal em alguns setores, a incorporação de novas tecnologias amplia as possibilidades para o capitalista de substituição do conhecimento operário, incorporando tal conhecimento ao maquinário, isso até o limite das ações que possam ser padronizadas e decodificadas para a operação automatizada, sem os riscos de perda da qualidade e da produtividade do trabalho. Por outro lado podemos compreender que tais limites extrapolam o ambiente técnico-organizacional do chão de fábrica e se situam no âmbito da totalidade social, em que a luta de classes pode redefinir a perspectiva de evolução do processo produtivo.

Essa é talvez uma das grandes dificuldades em estudar o processo de incorporação das novas tecnologias produtivas, pois ele é um instrumento que serve para estratégias diferenciadas do capitalista. Como alternativa de incorporação do saber operário não assimilável pela maquinofatura, as novas tecnologias respondem diretamente pela desqualificação do trabalho executado por profissionais que não tinham sido atingidos diretamente pela desqualificação taylorista, requalificando as habilidades para torná-las mais facilmente assimiláveis pelos novos trabalhadores, reduzindo o tempo de formação destes trabalhadores para as atividades a serem executadas. Isso redimensiona o papel criativo que se julga importante e inovador no processo da reestruturação produtiva, como apontam os documentos do Ministério do Trabalho e Emprego consultados^{viii}, corroborando a crítica sobre os fundamentos equivocados do PLANFOR, baseados na empregabilidade como objetivo para diminuir o desemprego e a precarização do trabalho.

Porém, outras contradições são apontadas quando analisamos a adoção da qualificação profissional como perspectiva de reorganização do processo produtivo, pois simultaneamente promove a qualificação de conhecimentos teóricos e formais e desqualificação de funções/ocupações baseadas nos saberes de ofício, como existentes em alguns setores da indústria metalúrgica^{ix}.

O processo de desqualificação/requalificação em sua dimensão territorial revela a hegemonia do capital, pois o redimensionamento dos conteúdos da qualificação profissional, que captura estrategicamente os conhecimentos forjados pelos trabalhadores no processo produtivo, é realizado no plano territorial,

intensificando a produção de meios locais adaptados às necessidades do capital, portanto, desempregando mão de obra qualificada em lugares com resistência sindical organizada e empregando-as em lugares com pouca tradição em lutas sindicais, porém igualmente provida de mão de obra qualificada.

A tentativa de incorporar o saber fazer proletário na participação efetiva no processo produtivo significa – se efetivada – uma vitória importante para o capital, pois a resistência operária, como o processo de luta que potencializaria o próprio operariado para além da resistência corporativa, fica reduzida ao chão da fábrica.

O segmento do movimento sindical que se constrói meramente sob as demandas imediatas dos trabalhadores, tem suas atribuições redimensionadas pela colaboração destes trabalhadores, ou seja, para esses sindicatos que têm na esfera das reivindicações imediatas a sua razão de ser, a legitimidade para prosseguirem como representantes dos trabalhadores é conquistada pela eficiência na organização dos trabalhadores para esse tipo de colaboração. A bem da verdade, para serem fiéis ao modelo japonês, os sindicatos poderiam se tornar meros grêmios associativos, organizados nas empresas.

De qualquer forma, a reestruturação produtiva precisa ser tomada como um processo contraditório, própria do sistema do capital, cuja expansão sob o paradigma da acumulação flexível não ocorre sem os conflitos da luta de classes. Desenvolve-se contraditória e desigualmente, ora transformando rapidamente a composição orgânica do capital em alguns lugares, já em outros obrigando o capital a realizar concessões para o trabalho, sob pena dos capitalistas locais ficarem à margem do “dinamismo” econômico capitalista^x.

Podemos afirmar que sob o ponto de vista capitalista o toyotismo evolui do taylorismo-fordismo, pois não rompe com a perspectiva de construção, a partir de experiências científicas, da organização do trabalho com vistas à ampliação da extração de mais-valia, o que o toyotismo apresenta como vantagem para o capital é a adaptação às restrições do mercado, que contraditoriamente se expande com a mundialização do capital e se torna mais restrito pela própria competição capitalista e pelo esgotamento do modelo keynesiano de sustentação “artificial” da demanda^{xi}.

O toyotismo apresenta a possibilidade para o capitalista reconstituir a lucratividade na produção, através do aumento na produtividade do trabalho, ampliando a produção e a capacidade de se adaptar às mudanças na demanda. Isso ocorre promovendo a re-qualificação do trabalho onde o taylorismo-fordismo não apresenta mais resultados expressivos para o aumento da produtividade, ou desqualificando o trabalho nos setores que resistiam à implantação de maquinários, através da introdução da automação eletrônica.

O capitalista aproveita a crise generalizada de baixo crescimento econômico para implantar formas mais intensivas na exploração do trabalho, já que com o toyotismo inverte-se a relação produção-demanda para a prioridade no atendimento da demanda como estratégia central para a produção.

O que passa a ser fundamental é a capacidade de atender mercados consumidores mais restritos, variando e inovando o leque de mercadorias produzidas, portanto reduz a dependência em relação à existência de mercados massivos, privilegiando o atendimento da demanda fragmentária. O mote é produzir produtos diferenciados, em que a necessidade de expansão comercial pelo planeta ocorre para atingir os estratos consumidores incluídos na esfera deste consumo nos diferentes países.

O perigo para o movimento sindical, que se adequou bem ao padrão fordista-taylorista do operário-massa, é de não conseguir sair dessa armadilha, pois ao manterem-se restrito à representação do trabalho formal os sindicatos perdem as condições de articularem os trabalhadores de uma forma geral, mesmo que para reivindicações puramente econômicas, pois como vimos, a fragmentação do proletariado é um aspecto estratégico para o capital.

Isso porque assistimos a uma clivagem cada vez mais significativa entre os trabalhadores inseridos em ocupações reconhecidas estrategicamente para a produção capitalista, e, portanto, obtendo alguma estabilidade e melhor remuneração; e trabalhadores com níveis diferentes de ocupações precárias com baixa estabilidade e remuneração, além daqueles “inseridos” na esfera descartável do capital.

O aumento da clivagem entre os trabalhadores formais, com empregos estáveis, e os trabalhadores precariamente empregados, ou convivendo com a perspectiva de ocupações autônomas (camelotagem), dificulta o vislumbamento da solidariedade como componente intrínseco num projeto de emancipação operária do jugo do capital.

Ao postarem-se como representantes dos trabalhadores empregados, os sindicatos estão estruturalmente vinculados às demandas parciais (de contingentes cada vez menores) da classe trabalhadora.

Quando a isso se soma a precária articulação entre as diferentes categorias profissionais, que se apresentam também divididas em diferentes representações territoriais, como é comum no sindicalismo brasileiro, o quadro apresenta-se pouco propício à atuação dos sindicatos como sujeitos coletivos da contra-hegemonia capitalista, e de constituírem-se como elementos centrais num partido político anticapitalista, pois sua influência é determinada pelo componente corporativista da ação sindical.

Um dos elementos centrais para a articulação política dos sindicatos, tendo em vista a possibilidade de construção da identidade de classe operária, seria a própria hegemonização sobre o trabalhador coletivo, agregando as segmentações profissionais e territoriais, eliminando os antagonismos entre os “incluídos” diretamente na exploração capitalista e os “excluídos” da exploração capitalista, sem que com isso estejamos afirmando que esses “excluídos” tenham conquistado a possibilidade de exercer o “ócio criativo” como os apologetas do fim do trabalho gostam de afirmar^{xii}.

A restrição ao núcleo formal do mundo do trabalho deixa os sindicatos socialmente enfraquecidos, inclusive na disputa pela hegemonia da própria classe trabalhadora, perdendo a centralidade como sujeitos da ação anticapitalista.

Portanto aos Sindicatos é imposto um conjunto de desafios importantes que requerem a busca de ampliação de seu escopo reivindicatório, já que se faz necessário sair da dimensão estritamente salarial da luta sindical e consolidar, por exemplo, a construção de alternativas pedagógicas, seja na educação profissionalizante, seja na educação de uma forma geral, já que a nova formação profissional está delineada para a construção do consentimento operário à lógica destrutiva do capital.

Notas

ⁱ Este texto é parte da Tese de Doutorado “A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos”, defendida em Setembro de 2004 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT/Presidente Prudente.

ⁱⁱ Professor do Colegiado de Geografia da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/PR, membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – grupo credenciado no CNPq. E-mail: mdcarvalho@yahoo.com.br.

ⁱⁱⁱ A literatura que trata sobre o modelo social-democrata de organização sindical é bastante ampla e diversificada, recorremos em nossa pesquisa à alguns autores, que pela sistematização e análise crítica aproximam-se daquilo que pensamos a respeito, ver Bihl, Alain *Da grande noite à alternativa* São Paulo: Boitempo, 1999; MÉSZÁROS, István *Para além do capital*. São Paulo/SP: Boitempo, 2002; McILROY, John “O inverno do sindicalismo” In: ANTUNES, Ricardo (org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo/SP: Boitempo, 1997, p. 39-70. e SANTOS, Ariovaldo de Oliveira *Trabalho e globalização. A crise do sindicalismo propositivo*. Londrina/PR: Práxis, 2001. (1ª edição).

^{iv} Mais detalhes ver COGGIOLA, Osvaldo e KATZ, Cláudio (orgs.) *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo/SP: Xamã, 1995;

^v BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento* Brasília/DF: MTE/SEFOR, 1999;

^{vi} A Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) faz parte das ações do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), do governo do Estado de São Paulo.

^{vii} SENNETT, Richard *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo* Rio de Janeiro: Record, 1999.

^{viii} BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO *Habilidades, questão de competências?* Brasília /DF : MTE / SEFOR, 1996; BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. *Reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil* Brasília/DF: MTE/SEFOR, 1998; BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (a) *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento* Brasília/DF: MTE/SEFOR, 1999; BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (d) PLANFOR 2002. *Diretrizes de planejamento* Brasília/DF: MTE/SEFOR, 2001;

^{ix} JULIO, Marcelo “Crise do capital, reestruturação produtiva e qualificação profissional” In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.) *Desafios do Trabalho* Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 115-142;

^x Para mais detalhes ver ALVES, Giovanni *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo* São Paulo/SP: Boitempo, 2000; BEINSTEIN, Jorge *Capitalismo senil. A grande crise da economia global* Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001; CHESNAIS, François *A mundialização do capital* São Paulo/SP: Xamã, 1996; SALAMA, Pierre *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina* São Paulo/SP: Boitempo, 1999; DIAS, Edmundo Fernandes *A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização*. Campinas/SP: UNICAMP, 1999 (Textos didáticos n. 29); HARVEY, David *Condição pós-moderna* São Paulo/SP: Loyola, 1999;

^{xi} Ver ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo/SP: Cortez, 1995. ANTUNES, Ricardo *Os sentidos do trabalho* São Paulo/SP: Boitempo, 1999 e BRAGA, Ruy BRAGA, Ruy *A restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea* São Paulo/SP: Xamã, 1996;

^{xii} Referimo-nos diretamente aqui a DE MASI, Domenico *A sociedade pós-industrial*. São Paulo/SP: SENAC, 1999;